

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

EXMO. SR. ADONIAS MONTEIRO

Conselheiro Relator

Ref: Processo nº 1054219 - Representação
Of. 19.006/2020- SEC/2ª Câmara

Gilmar Fava Carrara, ex-Diretor Presidente da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A (MGS), destituído do referido cargo em 31/05/2020, **Marcelo Magalhães Rosa Isoni**, atual Diretor-Presidente da MGS, com exercício no referido cargo a partir de 01/06/2020, e **Helter Verçosa Morato**, Diretor Jurídico e de Governança da MGS, vêm, respeitosamente, em atenção ao Of. 19.006/2020 - SEC/2ª Câmara, apresentar os esclarecimentos solicitados.

1 – DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme comprova o registro anexo (doc. I), a intimação foi recebida por meio do Ofício nº 19.006/2020 – Secretaria 2ª Câmara, via eletrônica, na data de 04/12/2020 (6ª feira), em que é determinada a comprovação de cumprimento dos termos do acordo judicial entabulado com o Ministério Público do Trabalho, especialmente no que concerne à substituição de contratados por aprovados em concurso público, no prazo de 15 (quinze) dias.

O referido Ofício também dá ciência do Despacho emitido pelo Conselheiro Relator em 30/11/2020, bem como de manifestações da Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte (CFAMGBH), Estudo Técnico da Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão (CFAA) e Parecer Ministerial acerca do conteúdo da Representação.



Considerando o início da contagem do prazo em 07/12/2020 (2ª feira) e a suspensão decorrente do recesso do Tribunal entre 20/12/2020 e 20/01/2021, temos que o prazo final vence em 21/01/2021 (5ª feira), pelo que se mostra tempestiva a presente manifestação.

2 – DO CUMPRIMENTO DO ACORDO JUDICIAL ENTABULADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Conforme é de conhecimento, em 04/05/2018 foi firmado, entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado, o Município de Belo Horizonte, a MGS e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (SIND-REDE BH), Acordo Judicial para regularização da situação das Caixas Escolares do Município de Belo Horizonte.

Este Acordo teve por finalidade encerrar a contratação, diretamente pelas Caixas Escolares, de serviços de empregados sem seleção pública, que atuavam em postos de serviços operacionais e administrativos nas escolas municipais, a exemplo de porteiros, vigias, serventes de limpeza, cantineiras e auxiliares de apoio ao educando.

O Acordo Judicial foi homologado em 11/06/2018 pelo Juiz da 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, nos autos do processo 0103100-02.2000.5.03.0021, e portanto, possui força de decisão judicial. Nele foi determinado que a prestação dos serviços nas escolas municipais passaria a ser feita pela MGS, com alocação de pessoal aprovado em processo seletivo público.

Para viabilizar o período de transição sem descontinuidade do serviço, o Acordo previu a absorção pela MGS dos prestadores de serviço até então contratados pelas Caixas Escolares, para posterior substituição por aprovados em processos seletivos a serem realizados pela MGS.

Desde então a MGS realizou três processos seletivos, sendo todos os termos e condições editalícias alinhados com o Ministério Público do Trabalho, com participação da MGS e do SIND-REDE BH, conforme Ata de Audiência realizada em 22/05/2019, já constante dos autos.



Quanto à realização das seleções públicas e substituição dos empregados migrados das Caixas Escolares pelos aprovados nos processos seletivos públicos da MGS, seguem anexas as informações apresentadas pela Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas, por meio do MEMO SUDEP Nº 15/2020 (doc. II), acompanhadas da documentação correspondente que comprova o cumprimento do Acordo Judicial.

Em razão da pandemia relativa à COVID-19, esta empresa pública informa que tão logo seja viabilizada a possibilidade de realização das seleções e provas, serão abertos os demais Editais para conclusão da substituição dos migrados pelos aprovados em processo seletivo público.

3 – ESCLARECIMENTOS ACERCA DO CONTEÚDO DA REPRESENTAÇÃO:

No que tange ao objeto da Representação e aos apontamentos feitos pela CFAMGBH, pela CFAA e pelo Ministério Público de Contas, apresentamos as considerações a seguir.

A MGS é empresa pública criada antes da Lei Federal nº 8.666/93 e se enquadra nos requisitos constantes do art. 24, inciso VIII da referida Lei. Portanto, a possibilidade de enquadramento da MGS na referida norma para fins de contratação por dispensa de licitação é legítima, uma vez que:

- a) o Município de Belo Horizonte é pessoa jurídica de direito público interno;
- b) a MGS é empresa pública integrante da Administração Pública Estadual. Foi criada em 1954 sob a denominação Companhia Federal de Imóveis e Construções, sendo posteriormente denominada Credireal Serviços Gerais e Construções S.A. A atual denominação decorre da Lei Estadual 11.406/94. Portanto, trata-se de empresa criada antes da vigência da Lei Federal 8.883/94, de 08/06/1994, que trouxe a versão normativa do atual dispositivo da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Conforme previsão legal, a MGS tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, inclusive de municípios. O rol de serviços previstos no art. 126 da Lei Estadual



11.406/94 é exemplificativo, no qual se inclui o objeto do contrato em questão. Segue transcrição (grifo nosso):

*Art. 126. A empresa pública Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS –, resultante do disposto no art.125 desta Lei, vincula-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplaq – e tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, **em especial** nas seguintes áreas:*

I - locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários;

II - administração de estacionamentos rotativos;

III - administração de condomínios;

IV - recuperação, manutenção e conservação de móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral;

V - conserto e manutenção de veículos;

VI - execução de serviços gráficos;

VII - administração de processos licitatórios e contratos administrativos;

VIII - transporte de valores, cargas e passageiros;

IX - fornecimento, revenda e administração de vale-transporte, vale-alimentação e outros tipos similares de vales;

X - administração e representação de ações trabalhistas”

O fato de a MGS passar a atender também órgãos municipais e entidades federais em sua carteira de clientes em nada interfere na natureza e no objeto dos serviços prestados, que permanece em essência a mesma desde sua criação, qual seja, fornecimento de bens ou serviços à Administração Pública.

Sobre o tema da essência do objeto, já se posicionou este Egrégio Tribunal de Contas, por meio do Acórdão proferido em Sessão Plenária, de 31/03/1999, relativo ao Recurso de Revisão nº 492584, em que se reconhece a legalidade da contratação da MGS, por dispensa de licitação. Segue transcrição da ementa da decisão (doc. constante dos autos):

“Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 492584, ACORDAM os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas, em Sessão Plenária, incorporado neste o Relatório de fls., à unanimidade, em dar provimento ao presente Recurso de Revisão, interposto a tempo e a modo, para considerar regulares o Contrato e o Termo Aditivo celebrados com a MGS Minas Gerais Administração e Serviços SA, com fulcro no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8666/93, com alterações



posteriores, e a teor do disposto no art. 159, inciso I, do RITCMG, haja vista que restou demonstrado nos autos ser a MGS [...] sucessora da Credireal Serviços Gerais SA, sendo certo que a origem desta é anterior à vigência da Lei nº 8666/93, em atendimento ao requisito da restrição temporal, e que a MGS **mantém basicamente o mesmo objeto social da sua antecessora, fornecimento de bens ou serviços à Administração Pública** consoante a Lei nº 11.406, de 28.01.94 (Estatuto Social), observando-se, ainda, a existência de compatibilidade entre o preço contratado e aquele praticado no mercado, impedido o conselheiro Murta Lages. Sala de Sessões do Tribunal de Contas aos 31 de março de 1999." Relator Simão Pedro de Toledo.

Portanto, a **posição da área técnica resta superada pela decisão citada do Pleno do TCE** nos autos nº 492584. Ressaltamos que o próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é contratante de serviços da MGS por dispensa de licitação.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais também confirmou em segunda instância, nos autos da Ação Popular nº 1.0024.11.118329-9/001, a **legalidade da contratação da MGS pelo Município de Belo Horizonte** mediante dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal 8.666/93, art. 24, VIII. Segue trecho (grifo nosso):

PROCESSO: 1.0024.11.118329-9/001

EMENTA: AÇÃO POPULAR. **INEXISTÊNCIA DE PROVA DE LESIVIDADE AO ERÁRIO.** PRESSUPOSTO INDECLINÁVEL. PEDIDO POPULAR. SENTENÇA CONFIRMADA EM DUPLO GRAU.

"[...] A estrutura normativa de criação e modificação da empresa MGS atende às especificações constitucionais, e, segundo o art. 24, VIII, da Lei 8.666, de 1993, empresas públicas podem ser contratadas com dispensa de licitação se criadas anteriormente à vigência dessa lei.

É certo que o art. 24 foi modificado pela Lei Federal n. 8.883, de 08.06.1994, mas a empresa MGS foi criada pela Lei Estadual n. 11.406, de 28/01/1994. Assim, a MGS pode ser contratada pela Administração estadual e **municipal** com dispensa de licitação. [...]

7ª CÂMARA CÍVEL- Relator Des. Belizário de Lacerda

DATA DO JULGAMENTO: 06/11/2012

DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/11/2012



O Ministério Público Estadual opinou pela legalidade da contratação da MGS pela PBH por dispensa de licitação, tendo opinado expressamente nos autos da Ação Popular citada, conforme registro no corpo do próprio Acórdão, a saber:

"A douta Procuradoria Geral de Justiça em parecer de fls. 319/323 opina pela integral manutenção da sentença de primeiro grau."

Ressalta-se que tal decisão encontra-se transitada em julgado, não cabendo mais recurso, conforme histórico de tramitação anexo (doc. III).

Portanto, tendo sido a matéria já tratada e esgotada no âmbito judicial e no Pleno do TCE, constata-se pela possibilidade legal de contratação da MGS pelo Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 24, VIII.

Outrossim, cabe informar que o Projeto de Lei nº 4.253/2020, aprovado pelo Senado Federal em 10/12/2020, ao estabelecer a nova Lei de Licitações e Contratos para a Administração Pública, atualiza em seu art. 74, inciso IX, a previsão de dispensa de licitação para contratação dessa natureza, afastando a exigência de criação da entidade contratada para finalidade específica antes da Lei Federal nº 8.666/93. Assim dispõe:

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado ou com os custos da entidade a ser contratada;

Nesse contexto, além de o Ministério Público de Minas Gerais e o Poder Judiciário já terem se manifestado em juízo que a MGS já atendia aos requisitos do art. 24, inciso VIII da Lei 8666/93, no novo regramento de licitações que entrará em vigor em breve esta discussão não terá mais cabimento, pois o requisito temporal da criação foi excluído do texto, estando a MGS sobre qualquer ângulo autorizada a firmar contratos com a municipalidade com dispensa.

Quanto à alegação de nulidade do **Acordo Judicial** celebrado entre a MGS, o Município de Belo Horizonte, o SIND-REDE BH, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do



Estado, há de se ressaltar que o mesmo já foi homologado em 11/06/2018 perante a 21ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, nos autos do processo 0103100-02.2000.5.03.0021 (doc. constante dos autos). Nesse contexto, o Acordo possui força de decisão judicial transitada em julgado, não havendo que se falar de nulidade. Tal previsão é inclusive matéria de Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, que assim dispõe:

"Súmula Nº 259 Termo de Conciliação – Ação rescisória. Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho."

Remetemos também ao posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho, em sede de Recurso de Revista, com ementa a seguir transcrita (grifo nosso):

"TST - RECURSO DE REVISTA RR 6455280220005115555 645528-02.2000.5.11.5555 (TST)

Data de publicação: 20/08/2004

Ementa: RECURSO DE REVISTA - COISA JULGADA - ACORDO HOMOLOGADO COM FORÇA DE SENTENÇA TRANSITADA E MJULGADO - SÚMULA Nº 259 DO TST. Consoante orientação abraçada pela Súmula nº 259 do TST, somente por ação rescisória o acordo judicial homologado pode ser desconstituído. Assim, havendo acordo homologado em processo anteriormente ajuizado com as mesmas partes e com a presença da tríplice identidade, impõe-se o reconhecimento da coisa julgada. No caso, o Regional não discriminou os direitos postulados numa e noutra ação trabalhista, de modo a possibilitar a verificação da inexistência da tríplice identidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da coisa julgada pelo juízo. Os arestos que trazem essa tese encontram óbice na Súmula nº 296 desta Corte. Recurso de revista não conhecido."

Quanto às alegações de direcionamento na contratação da MGS, entendemos ser descabida tal colocação, uma vez que a determinação de contratação desta empresa pública consta do próprio Acordo Judicial (Cláusulas Segunda e Terceira), homologado pela Justiça do Trabalho, com força de decisão judicial.

Considerando que as partes signatárias do Acordo são legítimas para tanto, assim como a instância de homologação, o ajuste judicial é válido e somente poderia ser desconstituído por ação



rescisória, por respeito ao ordenamento jurídico, ao princípio da proteção da confiança e da separação de poderes.

Quanto aos exames laboratoriais, reiteramos a informação de que os custos arcados pela MGS dizem respeito aos exames admissionais, realizados por equipe própria e por clínicas/laboratórios credenciados, em razão de obrigação legal prevista pela legislação trabalhista. Consta dos autos declaração advinda da Superintendência de Gestão de Pessoas da MGS, com o ateste correspondente.

No que se refere ao formato do processo seletivo, reiteramos que esse se deu em caráter público simplificado, amparado pelo Acordo Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Advocacia Geral do Estado e a MGS, datado de 01/09/2000, e homologado pela 21ª Vara do Trabalho em 19/04/2005, nos autos da Ação Civil Pública nº 21/01031/000, conforme cópia constante dos autos.

A regularidade da realização do processo seletivo público simplificado pela MGS é reconhecida pelo próprio Tribunal de Contas do Estado, conforme Acórdão proferido no Processo nº 1007539, com trecho a seguir transcrito (grifo nosso), já constante dos autos.

“O Ministério Público junto ao Tribunal, no Parecer de fl. 83/85v e 344/345v, ressaltou o posicionamento desta Corte de Contas, nos autos n. 696.103, que possibilitou a contratação de empregados públicos pela MGS por meio de processo seletivo público simplificado em conformidade com o acordo celebrado entre a MGS e o Ministério Público do Trabalho.

Diante do exposto, considerando o citado acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho que autorizou a MGS a realizar processo seletivo público na forma simplificada, o que, em outras palavras, fez lei entre as partes, com a chancela do Poder Judiciário, mais, corroborando com o entendimento da Unidade Técnica e do Ministério Público junto ao Tribunal, considero a denúncia improcedente sobre este aspecto.” Relator: Conselheiro Sebastião Helvécio.

Cabe ressaltar que os processos seletivos da MGS atendem aos princípios da publicidade, transparência, contraditório, universalidade, reserva de vagas a pessoas com deficiência, sendo constituídos de provas e títulos. As informações relativas às seleções estão contidas no endereço eletrônico da MGS (www.mgs.srv.br).

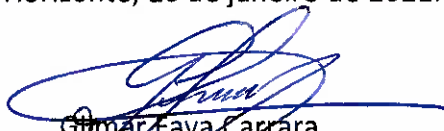


4 – CONCLUSÃO:


Por todo o exposto, ficam apresentados os esclarecimentos solicitados, ocasião em que esta empresa pública pugna pela improcedência da Representação em referência e consequente arquivamento.

Termos em que pede e espera deferimento.


Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2021.



Gilmar Fava Carrara
Ex-Diretor Presidente



Marcelo Magalhães Rosa Isoni
Diretor Presidente



Helder Verçosa Morato
Diretor Jurídico e de Governança

Relação de documentos anexos:

- I - Cópia do registro de recebimento do Ofício nº 19.006/2020 – SEC/2ª Câmara;
- II – Memo SUDEP nº 15/2020 e documentação complementar;
- III - Histórico de tramitação e Acórdão proferido na Ação Popular nº 1.0024.11.118329-9/001;
- IV – Ata de Reunião do Conselho de Administração da MGS em que é registrada a destituição do ex-Diretor Presidente Gilmar Fava Carrara e a eleição do atual Diretor Presidente Marcelo Magalhães Rosa Isoni.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria da 2ª Câmara

Ofício nº 19.006/2020 – Secretaria 2ª Câmara

Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020

Prezado Senhor,

Nos termos do despacho, anexo por cópia, exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, Relator dos autos 1.054.219 – Representação, comunico-lhe que foi determinada intimação de V. Sa. para que, no **prazo de 15 (quinze) dias**, comprove o cumprimento dos termos do acordo judicial entabulado com o Ministério Público do Trabalho, especialmente, no que concerne à substituição de contratados por aprovados em concurso público.

Na oportunidade, encaminho-lhe cópia do relatório da CFAMGBH (código do arquivo no SGAP n. 1913013), do estudo técnico da CFAA (código do arquivo no SGAP n. 2202152) e do parecer ministerial (código do arquivo no SGAP n. 2291779).

Advirto-lhe que o descumprimento da intimação poderá acarretar multa nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal, no valor diário de mil reais, até o limite de dez mil reais.

Atenciosamente,

Renata Machado da Silveira
Diretora

Senhor
Gilmar Fava Carrara
Diretor Presidente da MGS

c:\inetpub\wwwroot\sgap\tempfiles\222a6055-d00a-4dfc-84e5-815d759b8413



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro



Processo: 1054219

Natureza: Representação

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

À Secretaria da Segunda Câmara,

Trata-se de Representação formulada pela Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte (Cfamgbh) em face do Processo Administrativo n. 01.039.998.18-34, referente à dispensa de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de contratação da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS, para prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional de cantineiro escolar para atendimento à demanda das unidades escolares do mencionado município.

A Cfamgbh, no relatório anexado ao Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP, cód. Arquivo 1913013, peça n. 5, observou, em síntese, que a Secretaria Municipal de Educação – SMED teria realizado pagamentos irregulares a cantineiras para exames de caráter admissional. Ainda, da análise dos processos de dispensa de licitação n. 6/2018, cujo objeto era a contratação de Auxiliar de Apoio ao Educando; n. 29/2018, cujo objeto era a contratação de Servente Escolar; n. 28/2018, cujo objeto era a contratação de Porteiro e Vigia Escolar; e n. 11/2018, cujo objeto era a contratação de Cantineiro, todos deflagrados pela MGS, concluiu que:

- (i) a SMED teria procedido à contratação direta da MGS, por dispensa de licitação, sem cumprir os requisitos do inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993;
- (ii) a MGS, a despeito de ter sido criada em data anterior à vigência da Lei nº 8.666, de 1993, não teria, na origem, a finalidade específica de prestar serviços aos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, notadamente, aos municípios;
- (iii) a MGS exerce atividade econômica e não se enquadraria na hipótese do mencionado inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de ofensa aos artigos 170, IV, e 173 da CR, de 1988, bem como aos princípios da isonomia e livre iniciativa;
- (iv) as pesquisas de preço realizadas teriam se mostrado frágeis e só foram formalizadas após a assinatura do termo de acordo, em maio de 2018, paralelamente à homologação judicial do ato;
- (v) os preços contratados não seriam compatíveis com os praticados no mercado;
- (vi) não haveria urgência que justificasse a dispensa de licitação;
- (vii) os custos decorrentes das sucessivas demandas trabalhistas promovidas em face das Caixas Escolares não justificariam a realização do procedimento célere, eis que gerou custo muito superior aos despendidos com as indenizações trabalhistas;
- (viii) haveria indícios de direcionamento na contratação por dispensa.

Por fim, a Coordenadoria entendeu ser necessária a citação dos seguintes gestores:

- Sra. Ângela Dalben, secretária municipal de educação;
- Sra. Débora Gonçalves Fagundes Dumont de Rezende, gerente de contratos, licitações e termos de parceria;
- Sr. Marlus Keller Riani, procurador-geral adjunto;
- Sra. Natália Raquel Ribeiro de Araújo, subsecretária de planejamento, gestão e finanças;
- Sra. Renata Duarte Gomes, assessora jurídica;
- Sr. Rogério Pena Siqueira, diretor presidente da MGS.

Em análise técnica, código do arquivo do SGAP n. 2202152, peça n. 16, a Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão – CFAA, concluiu pela improcedência dos apontamentos concernentes à ofensa à regra do concurso público em contratações para o cargo de Auxiliar de Apoio ao Educando e divergência nos parâmetros utilizados para a emissão de parecer pela Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação referente às atribuições de cargos.

A seu turno, o Ministério Público de Contas no parecer de cód. arquivo 2291779, peça n. 18, em suma, opinou pela rejeição da preliminar de coisa julgada e sugeriu a citação da Sra. Ângela Dalben, secretária municipal de educação, para apresentação de defesa dos fatos descritos no parecer e nos estudos técnicos da Cfamgbh e CFAA. Ainda, pugnou pela intimação do Sr. Gilmar Fava Carrara, diretor presidente da MGS, a fim de que se “comprove o cumprimento do pactuado, especialmente a substituição dos contratados por aprovados em concurso público, observadas as vedações constantes do art. 8º da LC n. 173, de 2020 (que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARSCOV-2 (Covid-19))”. Ao final, assim como a Unidade Técnica, sugeriu pela expedição de recomendações ao gestor da MGS.

Ante o exposto, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa estabelecidos no art. 5º, LV, da Constituição da República, determino que essa Secretaria proceda à citação dos Srs. Ângela Dalben, secretária municipal de educação; Débora Gonçalves Fagundes Dumont de Rezende, gerente de contratos, licitações e termos de parceria; Marlus Keller Riani, procurador-geral adjunto; Natália Raquel Ribeiro de Araújo, subsecretária de planejamento, gestão e finanças; Renata Duarte Gomes, assessora jurídica; e Rogério Pena Siqueira, diretor presidente da MGS, para que, querendo, apresentem defesa, no prazo de quinze dias, e/ou os documentos que entenderem pertinentes quanto aos apontamentos do relatório da Cfamgbh (código do arquivo no SGAP n. 1913013), do estudo técnico da CFAA (código do arquivo no SGAP n. 2202152) e do Ministério Público de Contas (código do arquivo no SGAP n. 2291779), cujas respectivas cópias deverão lhe ser oportunamente encaminhadas ou dis



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro



Os responsáveis devem ser cientificados de que suas defesas e/ou documentos deverão ser apresentados por eles ou por procurador devidamente constituído, nos termos do parágrafo único do art. 183 do Regimento Interno, e, ainda, que, não havendo manifestação no prazo determinado, os autos poderão ser levados a julgamento no atual estágio processual.

Ademais, nos termos do art. 306, II, c/c o art. 311, ambos do Regimento Interno, determino que essa Secretaria promova a intimação, por via eletrônica, do Sr. Gilmar Fava Carrara, diretor presidente da MGS, para que, no prazo de quinze dias, preferencialmente por via eletrônica, comprove o cumprimento dos termos do acordo judicial entabulado com o Ministério Público do Trabalho, especialmente, no que concerne à substituição de contratados por aprovados em concurso público.

Com o ofício de intimação, deverá ser disponibilizada ao agente público cópia do relatório da Cfamgbh (código do arquivo no SGAP n. 1913013), do estudo técnico da CFAA (código do arquivo no SGAP n. 2202152) e do parecer ministerial (código do arquivo no SGAP n. 2291779).

O gestor deve ser cientificado de que o descumprimento da intimação poderá acarretar multa, nos termos do art. 85, III, da Lei Orgânica do Tribunal, no valor diário de mil reais, até o limite de dez mil reais.

Manifestando-se todos os responsáveis, remetam-se os autos à Unidade Técnica para reexame.

Após, ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.

Transcorrido o prazo *in albis*, conclusos.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.

Adonias Monteiro

Relator

(assinado digitalmente)

